

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CRCPB Nº 07/2020
SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DE PÓS-
GRADUAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO E PARCERIA**

O presidente do **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA** torna público, aos interessados, que realizará Chamamento Público para seleção e credenciamento de Instituições de ensino superior para celebração de Acordo de Cooperação e Parceria, no âmbito do Programa de Educação Profissional Continuada da Entidade, conforme as condições estabelecidas neste Edital, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e Lei 13.019/2014.

1. DO OBJETO

O presente chamamento público tem por objeto firmar Acordos de Cooperação e parcerias com **Instituições de ensino superior e de pós-graduação** para celebração de parceria com vistas à concessão de descontos em cursos presenciais e/ou EAD de graduação, pós-graduação e mestrado profissional, no percentual fixado em contrato sobre os valores das mensalidades e matrícula, a profissionais da contabilidade registrados e em situação regular perante o CRCPB que tenham sido aprovados em processo seletivo promovido pela instituição, tendo como contrapartida, a divulgação dos respectivos cursos, pelo CRCPB, através de seus meios de comunicação.

2. DO DESCONTO

Para o curso de graduação, pós-graduação e mestrado, o percentual de desconto será de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor das mensalidades e matrícula.

3. DA CONTRAPARTIDA

A contrapartida do CRCPB para com as Instituições de ensino superior se dará através da divulgação da marca Instituição nos meios de comunicação do CRCPB.

4. DA MOTIVAÇÃO

O CRCPB busca fomentar o Programa de Educação Profissional Continuada da Entidade, oferecendo oportunidades de aperfeiçoamento aos profissionais da contabilidade registrados e regulares no Conselho.

5. DO PROGRAMA

O Programa de Educação Profissional Continuada visa manter, atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais, as habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético dos profissionais da contabilidade, como características indispensáveis à qualidade dos serviços prestados e ao pleno atendimento das normas que regem o exercício da profissão contábil, ampliando seu campo de atuação com base nas prerrogativas profissionais previstas no Decreto-Lei nº 9.295/1946 e Lei nº 12.249/2010.

6. DA SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO

6.1 A seleção das instituições serão realizadas através da análise do formulário de inscrição (Anexo I), da proposta do curso, plano de trabalho (Anexo II) e da apresentação de documentação comprobatória e de regularidade constante no ítem 10 deste edital;

6.1.1 Os documentos serão avaliados pela Comissão de Seleção previamente designada. Após análise e aprovação dos documentos, o credenciamento da Instituição será efetivado por meio da assinatura do Acordo de Cooperação e Parceria;

6.1.2 Decorrida a assinatura do Acordo, o CRCPB iniciará a divulgação dos cursos apresentados pelas Instituições, aos profissionais da contabilidade, de acordo com os percentuais de desconto estabelecidos no respectivo Acordo firmado;

6.1.3 A Comissão de seleção avaliará as propostas e divulgará os resultados no site oficial do CRCPB no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data de recebimento ou protocolo dos documentos exigidos no ítem 10 deste edital.

6.2 Caso o número mínimo de alunos não seja obtido, impedindo assim a realização dos cursos, não caberá ao CRCPB nenhuma obrigação financeira ou indenização à Instituição, sob qualquer título.

6.3 Caso a empresa interessada tenha alguma irregularidade, a mesma terá sua inscrição indeferida.

7. DOS RECURSOS FINANCEIROS

As inscrições, seleção e credenciamento será celebrado a título não oneroso e, portanto, não haverá, em hipótese alguma, quaisquer repasses de recursos oriundos das partes.

8. DOS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO

8.1 Poderão participar desta seleção, as instituições de ensino públicas e privadas, interessadas em oferecer curso de graduação, pós-graduação e mestrado reconhecidos pelo MEC, e em oferecer descontos de acordo com o percentual mínimo estabelecido no ítem 2 deste edital aos profissionais da contabilidade registrados e regulares no CRCPB.

8.2 O presente Chamamento Público ficará com inscrições abertas no período de **16/11/2020** a **30/11/2020**, podendo, durante esse período, as instituições candidatarem-se para seleção, apresentando formulário de inscrição e toda a documentação constante no ítem 10 deste edital.

8.3 As inscrições poderão ser prorrogadas por igual período de acordo com o interesse da administração do Conselho.

8.4 Constituem impedimentos para participação:

a) Ficam impedidas de aderir a seleção instituições que possuam em seu quadro societário, ou responsáveis, conselheiros, delegados ou funcionários do CRCPB e seus parentes de primeiro grau consanguíneo;

b) Caso a organização tenha alguma irregularidade na documentação disposta no ítem 9 deste edital, a mesma terá sua inscrição e credenciamento indeferidos.

9. DA NÃO EXCLUSIVIDADE

A inscrição para a seleção do Chamamento Público não gera qualquer direito de exclusividade entre as partes.

10. DAS INSCRIÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

10.1 As instituições interessadas deverão preencher e encaminhar o formulário de inscrição, conforme modelo (ANEXO I), impresso em papel timbrado da instituição interessada, sem emendas ou rasuras, que prejudiquem sua inteligência e sua autenticidade, devidamente datado e assinado pelo representante da legal, com identificação legível do(s) responsável(eis).

10.2 Os seguintes documentos devem ser apresentados, juntamente com o Formulário de Inscrição:

10.2.1 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de Sociedades Empresariais, ou acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria, no caso de Sociedade por Ações;

10.2.2 CPF e RG do(s) representante(s) legal(is), com poderes de representação devidamente comprovados seja pelo instrumento previsto no item 10.2.1 ou por meio de procuração com a respectiva cópia do documento de identificação anexa;

10.2.3 Comprovante de Inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, expedido pela Receita Federal do Brasil;

10.2.4 Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente a Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

10.2.5 Comprovante de reconhecimento e aprovação do(s) curso(s) de graduação, pós-graduação e mestrado, ofertados, pelo Ministério da Educação - MEC;

10.2.6. Plano de trabalho contendo a programa completo do curso e carga horária; descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas; descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados; previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria; forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas. (ANEXO II)

11. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO

11.1 Os formulários e documentação serão analisados pela Comissão de Seleção do Chamamento Público, que concluirão pelo deferimento ou indeferimento das instituições interessadas.

11.2 O protocolo de recebimento dos documentos não implica na seleção da instituição, o que somente será efetuado após análise e aprovação dos formulários, portfólios/folders e documentação das interessadas.

11.3 As inscrições que não atenderem às disposições constantes neste edital e/ou que não apresentem os documentos exigidos serão indeferidas.

11.4 Não serão considerados motivos para indeferimento da participação irregularidades materiais (erros de digitação, concordância verbal etc.) nas inscrições e documentação, desde que sejam irrelevantes.

11.5 A decisão de indeferir a inscrição do interessado dar-se-á por intermédio de comunicação por escrito por parte do CRCPB.

11.6 A instituição que tiver o seu pleito indeferido poderá apresentar recurso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação formal por parte do CRCPB.

11.7 A Comissão de Seleção do Chamamento terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para analisar o recurso e manifestar sobre seu provimento.

11.8 Os recursos podem ser enviados para o e-mail: chamamentopublico@crpcb.org.br, contendo o assunto “Recurso: Chamamento Público nº 07/2020” explicando os motivos e/ou enviando documentação faltante, caso necessário.

11.9 Concluída a análise das inscrições e possíveis recursos, o CRCPB fará a devida divulgação da Instituição selecionada através de seus meios de comunicação.

11.10 O formulário, propostas e documentos exigidos para inscrição deverão ser enviados pela Instituição interessada com o seguinte título: **“Chamamento Público nº 07/2020 – (razão social da Instituição)”**

12. E-MAIL PARA ENVIO

12.1 O formulário, propostas e documentação deverão ser enviados para o seguinte e-mail: chamametopublico@crpcb.org.br.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Quaisquer informações ou esclarecimentos relacionados a este procedimento, deverão ser encaminhados, à Comissão de Seleção do Chamamento Público do CRCPB no e-mail: chamamentopublico@crpcb.org.br

(ANEXO I)
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

| | | |
|----------------------------|----------------|-------------------|
| Razão Social: | | |
| Nome fantasia (se houver): | | |
| CNPJ: | | |
| Endereço: | | |
| | | |
| Complemento: | | |
| Bairro: | Cidade: | Estado: |
| CEP: | Telefone fixo: | Telefone celular: |
| Nome do Responsável: | | |
| Cargo: | E-mail: | |
| Data: | Assinatura: | |

(ANEXO II)

PLANO DE TRABALHO

ACORDO DE COOPERAÇÃO E PARCERIA ENTRE A XXXXXX E O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA – CRCPB

| TÍTULO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO E PARCERIA | | | |
|---|---------|------------|------|
| 1. DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE PARCEIRA | | | |
| NOME DA INSTITUIÇÃO: | | | |
| CNPJ: | | | |
| ENDEREÇO: | | | |
| BAIRRO: | CIDADE: | ESTADO: | CEP: |
| TELEFONE(S): | FAX: | HOME PAGE: | |
| E-MAIL: | | | |
| 1.1. Responsável pela assinatura do instrumento | | | |
| Nome completo: | | | |
| 2. DADOS DO CURSO | | | |
| 2.1. Descrição: | | | |
| 2.2. Público Alvo: | | | |
| 2.3. Número estimado de participantes: | | | |
| 2.4. Local previsto do curso: | | | |
| 2.5. Abrangência do curso: | | | |
| 2.6. Data de realização: | | | |

| |
|------------------------------------|
| |
| 2.7. Objetivos: |
| 2.8. Investimentos: |
| 3. Programação do curso: |
| 4. Atividades realizadas: |
| 5. Instituição realizadora: |

João Pessoa, _____ de _____ de _____

Nome do Responsável
Instituição de Ensino XXXX

(ANEXO III)

ACORDO DE COOPERAÇÃO N° ____/2020

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA- CRCPB E _____, NA FORMA ABAIXO.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA - CRCPB, Autarquia Federal, instituída nos termos do Decreto Lei nº 9.6264/46, com sede e foro nesta cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, situado na Rua Rodrigues de Aquino, 208, Centro, CEP – 58013-030, inscrito no CNPJ sob o nº 09249137/0001-59, doravante denominado simplesmente CRCPB, neste ato representado pelo seu Presidente, Contador BRUNNO SITONIO FIALHO DE OLIVEIRA, nomeado através da ata de posse, publicada no Diário Oficial em, 11/02/2020, portador da carteira de identificação profissional PB-007334 e CPF 029.291.154-83, no uso das suas atribuições e Empresa XXXXXXXX, com sede e foro na cidade XXXXXXXX, rua XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o número XXXXXXXX, denominado Parceiro, representado por seu (cargo, nome, domicílio com CEP do representante legal), portador da carteira de identidade (número, órgão emissor e data de emissão) e CPF nº XXXXXXXX, designado pelo (entidade privada, especificar o ato de nomeação do representante legal e juntar cópia do Estatuto e da Ata de nomeação), resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação e Parceria sujeito às normas, no que couber, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e legislação complementar pertinente, sob as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente Acordo é a concessão de descontos em cursos presenciais ou EAD de graduação, pós-graduação e mestrado no percentual de XX% (XXXXXXXXXX) dos valores das mensalidades e matrícula, à profissionais da contabilidade registrados e em situação regular perante ao CRCPB que tenham sido aprovados em processo seletivo promovido pela instituição e que se enquadrem nas condições abaixo relacionadas, tendo como contrapartida a divulgação dos respectivos cursos, pelo CRCPB, através de seus meios de comunicação.

Subcláusula Primeira – As condições para concessão dos descontos serão conforme descrição a seguir:

I - Ser Contador ou Técnico em Contabilidade registrado no CRCPB, que não possua débito de qualquer natureza com o Conselho na data da realização da matrícula e que não tenha sido penalizado por decisão transitada em julgado.

II - Semestralmente, quando da renovação de matrícula, o profissional da contabilidade deverá obter, no portal do CRCPB, Certidão Negativa de Débito visando a comprovação, junto à instituição de ensino, de sua situação regular para manter o benefício previsto nesta parceria.

Subcláusula Segunda - O presente Acordo de Cooperação e Parceria não importa nenhuma transferência de recursos entre os partícipes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA IMPLEMENTAÇÃO

A implementação de cada atividade prevista no objeto, vedada a sua alteração, ser formalizada por meio de projetos e/ou planos de trabalho, que se tornará parte integrante deste Acordo de Cooperação, mediante a assinatura pelos representantes legais das Partes, para vigorar dentro do prazo de vigência do Acordo de Cooperação.

Subcláusula Primeira – O Plano de trabalho deverá conter o programa completo do curso e carga horária; descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas; descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados; previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria (conforme for o caso); forma de execução das atividades ou dos projetos e cumprimento das metas a eles atreladas; definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Subcláusula Primeira – Caberá ao **CRCPB**:

- I - Divulgar, por seus meios de comunicação, o objeto deste acordo de cooperação;
- II - Divulgar o nome da instituição e o percentual de desconto por ela concedido, quando for o caso, no portal do CRCPB;
- III – Proceder a divulgação através de distribuição de material institucional da empresa durante os eventos promovidos pelo órgão;
- IV – Acompanhar o desenvolvimento dos compromissos pactuados.

Subcláusula Segunda – Caberá a **INSTITUIÇÃO**:

- I - Exigir dos beneficiários a comprovação de inscrição junto ao CRCPB e a certificação de regularidade perante o Órgão;
- II - Encaminhar ao CRCPB a relação dos beneficiários que utilizaram a concessão do desconto, fazendo constar o nome, o número do Registro e percentual de desconto ofertado ao respectivo beneficiário;
- III - A pedido do CRCPB, comprovada a irregularidade do beneficiário com o CRCPB, efetuar a imediata suspensão, até que a regularidade seja restabelecida;
- IV - Não utilizar a marca, ou o nome do CRCPB, a qualquer pretexto, sem autorização formal do Conselho;
- V - Ofertar cursos aos profissionais de Contabilidade registrados e em dia com suas obrigações perante o CRCPB, de acordo com o percentual estabelecido neste Acordo, mediante identificação do profissional da Contabilidade registrado;
- VI - Zelar pela perfeita execução do serviço e/ou produto, garantindo-os nos termos do Código do Consumidor.

Subcláusula Terceira - Os ônus correspondentes aos descontos nas mensalidades e matrícula de cursos, concedidos aos profissionais da contabilidade, serão de exclusiva responsabilidade da Instituição de Ensino.

Subcláusula Quarta - A Instituição de Ensino assume total responsabilidade pelos cursos ofertados aos profissionais da contabilidade, inclusive perante a terceiros, ficando o CRCPB

isento de qualquer responsabilidade por possíveis danos relacionados à qualidade, conteúdo e disponibilização dos serviços.

Subcláusula Quinta - A celebração do presente Acordo de Parceria não gera nenhum vínculo de qualquer natureza entre as partes.

Subcláusula Sexta - A relação contratual existente entre a Instituição de Ensino e os profissionais da contabilidade beneficiários dos descontos, fica adstrita aos mesmos, inclusive em relação à cobrança de mensalidades, não cabendo ao CRCPB nenhum vínculo, responsabilidade, solidariedade ou subsidiariedade pela falta de pagamento de mensalidades, pelo profissional.

Subcláusula Sétima - O presente Acordo de Parceria não importa nenhum ônus para o CRCPB, com exceção dos recursos necessários para viabilizar a divulgação de cursos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este acordo, por si, não implica em compromissos financeiros entre as Partes. O custeio das despesas referentes ao objeto, correrá por conta das dotações orçamentárias, ou não, de cada Parte, sem haver indenização de uma à outra.

Subcláusula Primeira - Os valores das mensalidades dos cursos ofertados poderão ser corrigidos anualmente obedecidos os critérios da instituição e os índices governamentais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer modificação, vedada a alteração do objeto, será estabelecida em Termo Aditivo, que se tornará parte integrante do presente instrumento, mediante a assinatura pelos representantes legais das Partícipes, para vigorar dentro do prazo de vigência deste Acordo.

CLÁUSULA SEXTA – PROPRIEDADE DOS RESULTADOS

Caso resulte das atividades do presente Acordo, inventos, aperfeiçoamentos, inovações, marca, software, cultivar, direitos autorais e outras criações intelectuais passíveis de proteção, nos termos da legislação brasileira, das Convenções internacionais de que o Brasil é signatário, os direitos relativos à propriedade intelectual pertencerão a ambas as Partes e serão objeto, em cada caso, de negociações, definindo-se o percentual de cada Parte, por ocasião da assinatura dos Termos Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Na aquisição de bens e contratação de serviços, caso houver, o CRCPB e a Instituição adotarão os procedimentos legais regulamentares aplicáveis, em especial a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a Lei nº 10.520/02, o Decreto nº 3.555/00, o Decreto nº 5.450/05, a Lei Complementar nº 123/06 e o Decreto nº 6.204/07 e as demais normas que disciplinam a matéria quanto à realização de licitação ou sua forma de dispensa.

CLÁUSULA OITAVA – DO PESSOAL

Os servidores e empregados de qualquer das Partes, em decorrência da execução das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão qualquer alteração nas suas vinculações com a entidade de origem, ficando, porém, sujeitas a observância dos regulamentos internos do local onde estiverem atuando.

Subcláusula Única - As Partes se isentam reciprocamente de toda e qualquer despesa de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou de outra natureza, embora não especificada, devida em decorrência, direta ou indireta, para com o pessoal da Parte que vier a ser contratado e/ou designado para atender o objeto do presente Acordo, não tendo os servidores/empregados de uma Parte qualquer vínculo empregatício com a outra Parte.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes desde que haja comunicação prévia e expressa ou rescindido por qualquer uma das Partes mediante notificação prévia e expressa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Em caso de inadimplemento total ou parcial das responsabilidades assumidas, ou da paralisação das atividades constantes deste Acordo e seus termos aditivos, será o mesmo rescindido de pleno direito, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial.

Subcláusula Única – Nas hipóteses de denúncia ou rescisão as Partícipes obrigam-se a cumprir os compromissos e obrigações porventura pendentes, assumidos de conformidade com os instrumentos específicos por eles firmados e reembolsar/indenizar as despesas e investimentos efetuados até a data da denúncia, salvo quando expressa e diversamente por elas acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Subcláusula Primeira - Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por um período de doze (12) meses, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, a critério das Partes.

Subcláusula Segunda - Fica garantido o benefício por todo o período do curso, independente da vigência do Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste Acordo na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CRCPB até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Instituição de Ensino poderá fornecer, mensalmente, artigos da Comunidade Contábil, a serem publicados no informativo eletrônico do CRCPB, ficando a crédito do CRCPB publicá-los ou não.

Subcláusula Primeira - Cessará para a Instituição a obrigação de concessão de descontos,

objeto deste Acordo de parceria, nos seguintes casos:

- I - Rescisão da presente parceria;
- II - Falência ou concordata da instituição;
- III- Cancelamento do registro do profissional da contabilidade ou da organização contábil;
- IV - Débito de qualquer natureza do profissional da contabilidade/organização contábil com o Conselho.
- V - Penalização do profissional da contabilidade ou organização contábil por decisão transitada em julgado, a menos de 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As controvérsias surgidas na execução do presente acordo deverão ser resolvidas integralmente por via administrativa. Caso, todavia, não se alcance solução, e como medida excepcional, as Partes elegem o Foro da Justiça Federal, da cidade de João Pessoa-PB, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste acordo de cooperação, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por concordarem as partes com o conteúdo e condições acima convencionadas, assinam as 03 (três) vias originais deste documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2020.

Brunno Sitônio Fialho de Oliveira
Presidente do Conselho Regional de Contabilidade - CRCPB

Nome
Cargo do Representante Legal da outra Parte

TESTEMUNHAS:

NOME RG

NOME RG